

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Para acessar os links, clique nas matérias



[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.174: Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica](#)

[Empresa terá que indenizar metalúrgico por acidente em obra sem sinalização, decide TJMG](#)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 130 do INCRA que trata de regularização fundiária](#)

[Associação de moradores pode ajuizar ação de cobrança de até 40 salários mínimos no juizado especial, diz STJ](#)

[STF – Lei que autorizava parcerias público-privadas para obras em município de Rondônia é inconstitucional](#)

[Decisão judicial obriga Estado a conceder título de propriedade a morador de Palmas que tenta regularizar situação há 16 anos, decide TJTO](#)

[TCU – Revisões de contratos de concessão nos aeroportos do Galeão e de Viracopos têm irregularidades](#)

[TCU – Em licitações regidas pela Lei 12.462/2011 \(RDC\), é ilegal a exigência editalícia da garantia adicional prevista no art. 48, §2º, da Lei 8.666/1993, por força do art. 1º, § 2º, do próprio RDC](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Para acessar os links, clique nas matérias



TCU - Existe amparo legal à utilização do modelo de locação sob medida, built to suit, em terrenos da União, sendo obrigatória a reversão do bem à Administração Pública ao final do contrato

A responsabilidade do prefeito sucessor fica caracterizada quando, com recursos garantidos para tal e sem justificativa de inviabilidade, não retomar obra iniciada e não acabada pelo seu antecessor, por implicar desperdício de recursos públicos e contrariar o princípio da continuidade administrativa



@MOTAKALUME\_ADV